

Pintura e Sociedade: retratos de beneméritos das sociedades portuguesas de beneficência e o patrimônio cultural no sul do Brasil

Larissa Patron Chaves¹

Resumo. Este trabalho objetiva analisar parte da trajetória histórica das Sociedades Portuguesas de Beneficência no Rio Grande do Sul a partir de uma abordagem qualitativa que privilegia a história comparada. Busca verificar as suas correlações com as elites locais através do estudo dos retratos de beneméritos produzidos por artistas locais e estrangeiros no final do século XIX, hoje constituintes das suas galerias de honra e parte do patrimônio material do Estado. Nesse sentido, analisa através das imagens como as Instituições se (re) apresentam perante as comunidades locais e perante Portugal, tendo em vista o estudo de suas organizações e funcionamento, bem como regras e comportamentos sociais. A pesquisa apresenta a possibilidade de estabelecer relações entre as imagens produzidas pelas Instituições e as suas aplicabilidades, explicitando os modos como as representações percebem as distintas e complexas relações sociais do contexto local e regional.

As Sociedades Portuguesas de Beneficência

A Sociedade Portuguesa de Beneficência é uma instituição hospitalar criada por imigrantes portugueses no Brasil e no mundo colonial português, a partir da segunda metade do século XIX. Criada em momento histórico caracterizado pela vinda de um contingente significativo de imigrantes lusos para o país, relaciona-se diretamente com a formação das cidades brasileiras.² Além de atender aos associados na enfermidade e na morte - objetivo principal dessas instituições - a Beneficência Portuguesa proporcionava em tempos passados também um considerável suporte cultural e financeiro, diante da omissão das autoridades governamentais.

¹ Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora na área de Metodologia, Ensino e Pesquisa em Arte no Instituto de Arte e Design da Universidade Federal de Pelotas. larissapatron@gmail.com.

² Dados numéricos sobre o contingente de emigrados de Portugal são fornecidos por Oliveira Martins (1978: 218). Segundo este autor, a emigração total do Continente e Ilhas (Madeira e Açores) atinge 49.131 pessoas no período de 1866 e 1871, e 76.965 pessoas nos anos de 1870 e 1874, o que corresponde a uma saída anual daquele país de 9.826, no primeiro caso, e 19.241 pessoas, no segundo caso. Com destino ao Brasil, o mesmo autor aponta a chegada de 71.499 imigrantes portugueses entre os anos de 1865 e 1873, sendo que desse total, 66.258 portugueses escolhem o Rio de Janeiro como destino final, uma perspectiva que só aumenta quanto mais se aproxima do final do século XIX, não só na capital do Império, mas em outras Províncias como a de São Pedro. OLIVEIRA MARTINS, M. O Brasil e as colônias portuguesas. Lisboa: Verbo, 1978. p. 345.

Como instituição privada, dependente do pagamento e de doações espontâneas advindas dos associados, as Sociedades Portuguesas de Beneficência diferem das Santas Casas de Misericórdia, fundadas também no Brasil, cujo atendimento hospitalar é direcionado para a população em geral e as despesas subvencionadas pelo Império.

Em instituições de Beneficência Portuguesa, persistem elementos que as situam sob o modelo das Misericórdias Portuguesas, criadas por Dona Leonor de Lancastre na Portugal do século XV. Uma Sociedade Portuguesa de Beneficência contrata empréstimos com qualquer casa bancária capitalista, constrói edifícios, representa a si mesma em atos públicos, evidenciando os domínios e poderes institucionais que propõe.³

A discussão sobre a função social e a categorização dos associados, bem como a escolha da diretoria das Sociedades em questão, acompanha grande parte do material documental encontrado sobre as Beneficências Portuguesas, remetendo ao fato de que não existe uma aplicabilidade rígida das regras administrativas, definidas nos estatutos, para a prática social, exposta nos relatórios.

De forma semelhante as Misericórdias portuguesas, as Sociedades Portuguesas de Beneficência agem em relação a circulação social da caridade tanto como um meio ético, quanto como uma forma de perspectivar o favorecimento de determinados grupos e poderes elitários.

A mais antiga associação de Beneficência Portuguesa criada no Brasil é a do Rio de Janeiro, de 1840, seguida por outra em Santos, criada em 1859. Em Porto Alegre, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, da então Província de São Pedro do Rio Grande, foi fundada em 26 de fevereiro de 1854, pelo vice-cônsul honorário de Portugal, Antônio do Amaral Ribeiro. Ao longo de seu desenvolvimento, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre toma a iniciativa da criação de agências beneficentes em outros locais da Província, apêndices da matriz em Porto Alegre, entidades que após alguns anos de funcionamento, reivindicam a sua autonomia: Rio Grande, em 1856, Pelotas, em 1857, e Bagé, em 1871.

Para além destes aspectos, existem outras características recorrentes na configuração das beneficências portuguesas criadas em solo brasileiro, que acabam por denotar a forma como a cultura portuguesa chega ao país. Em todos os exemplos analisados por esta pesquisa,

³ Algumas Sociedades Portuguesas de Beneficência apresentam destaque pela situação de singularidade. Esse é o caso da Associação de Lourenço Marques, capital de Moçambique, que, criada em 1854, substitui o papel da Misericórdia Portuguesa pelo fato de não existir essa entidade na cidade. Tal situação, mesmo que singular (o que deverá ser objeto de atenção no decorrer da tese), contribui para o fortalecimento da suposição de que as Sociedades Portuguesas de Beneficência funcionam sob a inspiração do modelo organizacional das Misericórdias em Portugal, perfazendo uma forte ligação que se clarifica pela mesma utilização que fazem do trabalho caritativo como parte do ideário da Igreja Católica.

por exemplo, é possível observar que as associações tendem a promover a devoção régia à monarquia portuguesa. De fato, para que uma instituição dessa ordem possa existir no Brasil, uma das prerrogativas é que obtenha o “apadrinhamento” de um Monarca Português.

Demarcando o território social das elites

As relações de poder perpassam as ações de caridade estabelecidas e pré-estabelecidas. As relações políticas e sociais que as Instituições estudadas mantêm com outras entidades locais (Câmara Legislativas, Intendências e partidos políticos) na maioria das vezes se desenvolviam a partir da caridade, indicando peças chave de um tecido de estratégias políticas de alternância de exercício de poder. Isto significa que, muitas vezes, a concessão de favores pode indicar relações de dependência, ou mesmo de reconhecimento e retribuição. As Sociedades Portuguesas de Beneficência estudadas, como instituições laicas sob a proteção régia portuguesa tornam-se, também, interlocutoras de poder, que só se modifica após a República Portuguesa em 1910.

Perceber como as Instituições de Beneficência se relacionaram com as elites nas diferentes localidades significou verificar as suas práticas cotidianas, pois até mesmo documentos institucionais referentes a regras normativas para a ocupação de cargos diretivos já faziam referência ao conjuntos de doutrinas, valores e ideários presentes nessa vida prática. De fato, a estruturação social do corpo diretivo reproduzia as formas dominantes da representação social urbana que, girando em torno dos poderes municipais, encontrava precisamente no cruzamento das representações das corporações do poder elitário a mais clara construção de dominação.

Tanto quanto uma Misericórdia Portuguesa, a direção da “mesa” encontrava-se entregue aos nobres, especializando também uma forma de administração que o Compromisso de Lisboa tornava eficaz, centralizadora e atuante.

Na composição diretiva da Sociedade de Beneficência de Porto Alegre, um dos fatores comuns foi a sua participação na vida política e social da localidade. Os casos de comendadores e desembargadores na presidência da associação reforçou esse entrelaçamento com as elites locais, verificado desde muito cedo na história da mesma. No quadro associativo dessa Instituição muitos lusos já haviam chegado de Portugal com situação financeira favorável, em especial advindos da região do Minho, de Lisboa e do Porto, como o caso do imigrante português comendador Antônio Francisco Pereira dos Santos. O prestígio financeiro congratulou uma ascensão social da beneficência como relevante, talvez pelo fato de gozar da representação dos portugueses mais prósperos.

Em Pelotas, a elite diretiva da Associação advinha de uma frente comercial, como nos casos dos lusos Francisco Lopez e Manoel José da Costa, proprietários de casas comerciais de secos e molhados e de inúmeros imóveis na área urbana da cidade, e Antônio Pereira de Araújo Aguiar, proprietário da fiação Araújo Aguiar.

Dos associados mais citados nas Atas Institucionais da Beneficência de Pelotas, entre os anos de 1857 e 1890, José Vieira Pimenta, Manuel da Costa Leite e Antônio Pinto do Rego Magalhães, todos adivindos do norte de Portugal, foram os mais envolvidos na auto-representatividade da Sociedade. Vieira Pimenta enquanto provedor da Santa Casa de Misericórdia, começou a trabalhar na cidade como construtor, e inclusive tendo como autoria o próprio edifício daquela entidade. Por muitos anos, como provedor da Santa Casa, o que de alguma forma justifica o seu envolvimento com a Sociedade Portuguesa de Beneficência, não enquanto presidente e sim como membro da diretoria, obteve bastante projeção social na cidade. Em 1853, escreveu “Principais acontecimentos desta freguesia”, relatando o início da vida urbana na cidade. Segundo Gutierrez (1999), “o prédio da Santa Casa, manuscritos, como os livros de atas, de internamentos, quadros estatísticos, entre outros trabalhos, evidenciaram a erudição do autor português José Vieira Pimenta”.

Antônio Pinto do Rego Magalhães como primeiro secretário da Instituição em Pelotas desde o ano de sua fundação, inventaria uma série de testamentos de associados que em registro deixam parcelas de suas heranças para a Sociedade Portuguesa de Beneficência. Toda essa representatividade, também coexistiu com sua participação enquanto sócio benemérito no Asilo de Mendigos, instituição de caridade criada em Pelotas, em 1882, e que tinha como cenário a maior participação da elite regional no seu quadro de beneméritos. O fato de inventariar o testamento de compatriotas associados permite pensar que a rede de solidariedade exercida pela instituição ultrapassou as janelas do edifício-sede, porque envolveu as relações de reciprocidade para o alcance de uma congratulação de categoria benemérita.

Portanto, uma elite não se faria presente somente pelos grandes charqueadores e estancieiros locais, mas também pelos indivíduos que incentivam o desenvolvimento de uma indústria têxtil, de um comércio, entre diversas outras atividades, que são dirigidas muitas vezes por imigrantes de diferentes nacionalidades. Nessa perspectiva, o estrangeiro também torna-se agente de um processo transformador da cidade, porque contribui para que nela criem-se novas formas de pensamento, novos costumes, iniciativas, e mesmo a existência de grupos que em nome de uma identidade pensada, apareçam também enquanto elite local.

Em Rio Grande, o ofício datado de 22 de novembro de 1854 já havia registro de

agentes portugueses nomeados, tais como os Srs. José Francisco Duarte e Damião Francisco Alves Moura.

A existência de uma Santa Casa de Misericórdia em Pelotas, não satisfaz o contingente de portugueses, que não havendo uma congênere em Rio Grande, obteria somente como última opção os estabelecimentos hospitalares de Porto Alegre. No entanto, num olhar mais atento percebe-se que foram escolhidos como agentes justamente indivíduos que representam uma elite local, que mesmo sendo minoria, recrutaria para compor o corpo Institucional no mínimo seus iguais, tanto em condição financeira, quanto em posição social.

Nesse sentido, as convocações posteriores obedeceram ao mesmo critério de seleção, indivíduos portugueses que obtinham destaque social e ou financeiro na localidade. Foram chamados senhores, que pela participação prévia já fariam parte do primeiro grupo de associados, entre eles alguns membros da diretoria, entre os quais José Joaquim Duarte Souza, J.M de Souza Brandão, Antônio Jacinto de Almeida Damião, F. A. de Moura e o próprio José Francisco Duarte.

O Barão de Vila Isabel, grande benfeitor da Sociedade Portuguesa de Rio Grande, parece cumprir o papel de representatividade social e política da Instituição. Quando falece em 1889, deixa para a Sociedade uma quantia de 1:000\$000 mil réis, um valor bastante significativo que concorre para o patrimônio da mesma Associação, que nos anos menos lucrativos chega a 168\$496 mil réis. Da mesma forma, é bastante mencionado nos relatórios Institucionais o Barão de São José, que chamava-se José Vitorino Resende, e que enquanto benemérito realiza doações anuais em proveito da Sociedade. É interessante ressaltar que a Sociedade de Rio Grande tem em sua composição dois indivíduos com a titulação de Barão, que significa na sociedade personalidades com poder econômico e político. É dessa forma, que após os seus falecimentos, em 1889, manda-se rezar anualmente celebrações em memória do Barão de Vila Isabel e de São José, os reconhecidos como grande benfiteiros da instituição, e que ao mesmo tempo em que a ajudaram financeiramente, contribuíram simbolicamente para o sua boa representatividade juntos das elites locais.

Em Bagé, a primeira diretoria da Instituição, constituída por Joaquim da Costa Guimarães (Presidente e vice-cônsul de Bagé), Francisco Leopoldino da Costa Cabral (Vice-Presidente), João Maria Peixoto (Secretário), João Pereira Mendonça Lima (tesoureiro) e João Simões Lopes Neto, Vice-Presidente da Província - todos portugueses - , é registrada nos estatutos submetidos à aprovação do Vice-Presidente da Província João Simões Lopes Neto. Esta Associação, embora não recebesse oficialmente o apoio do monarca português, teria maiores dificuldades de fracassar financeiramente, visto o seu envolvimento com as elites

locais, e também moralmente, porque correspondia as exigências do Compromisso de Lisboa no que tange a quem pode participar da Instituição. É interessante ressaltar que estes indivíduos se consideram como elite, apontado principalmente pelas suas relações matrimoniais.

Nos primeiros anos, um dos lusos que marca profundamente a história dos portugueses em Bagé é Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães. Magalhães muito faz pela Sociedade financeiramente, sobretudo em relação à finalização das obras do hospital e a angariação de sócios. A partir do ano de 1888, funda nas suas terras “a Charqueada do Cotovelo”, concorrendo com fortes fazendeiros locais. Nessa época, grande parte da comunidade portuguesa que vive em Bagé, trabalha nos seus estabelecimentos, o que o rende, ainda no mesmo ano, o título de Vice Cônsul da Nação Portuguesa em Bagé. Segundo Garcia (1985), ele fortalece a colônia através de “dezenas ou centenas” de cartas de chamada que envia à Portugal, convidando operários para trabalhar nas suas charqueadas, no seu comércio, nas suas fazendas, nas suas quintas.

Retratos de caridade: os estabelecidos nas Instituições de Beneficência

A imagem advinda do “retrato” concedido aos associados foi uma das formas de garantia de visibilidade social. O associado que realizava uma doação ou préstimo efetivo passava a gozar das melhores considerações frente à diretoria e comunidade local, quando também acendia, muitas vezes, a membro diretivo, ganhando um lugar no salão de honra através da imagem. Uma pintura representaria o seu retrato oficial, a sua chance de imortalidade no saguão do edifício-sede, um requisito importante para a sua auto-afirmação perante à sociedade local. Nesse caso, a imagem funcionava como um substituto do poder, reforçando os laços que a Associação de Beneficência mantinha tanto com a nobreza em Portugal, com a elite local e regional, administrando a reciprocidade que prometia àquela realeza e a sublimação da constituição dos membros da Instituição. Para as Instituições a garantia da representação de indivíduos de boa situação econômica era primordial, ao mesmo tempo que para esses associados a imagem no salão de honra funciona como moeda de troca, visto que como afirma Shwarcz (1998),

A criação de símbolos, por sua vez, não é gratuita e arbitrária, não se faz no vazio social. Ao contrário, os símbolos são reelaborados em razão do contexto cultural em que se inserem, além de que o maior ou menor sucesso de sua manipulação encontra-se diretamente vinculado a uma comunidade de

sentidos.⁴

Na instituição de Pelotas, os retratos de Antônio Pereira de Araújo Aguiar e de José Vieira Pimenta comprovam a afirmação de que a imagem funciona como substituto do poder. Embora, ambas as pinturas constatou-se a ausência da assinatura do artista, elas recebem um tratamento acadêmico, visto o período em que foram realizadas (final do século XIX). No caso de José Vieira Pimenta, constata-se a presença de um dos símbolos da comenda, que é a cruz de malta sob a sua vestimenta, da mesma forma que a nobreza dos trajes postados. Para além das evidências da própria imagem, as figuras em primeiro plano, mostram a influência da fotografia, porém demonstrando através do meio nobre da pintura, a importância de seus representados.

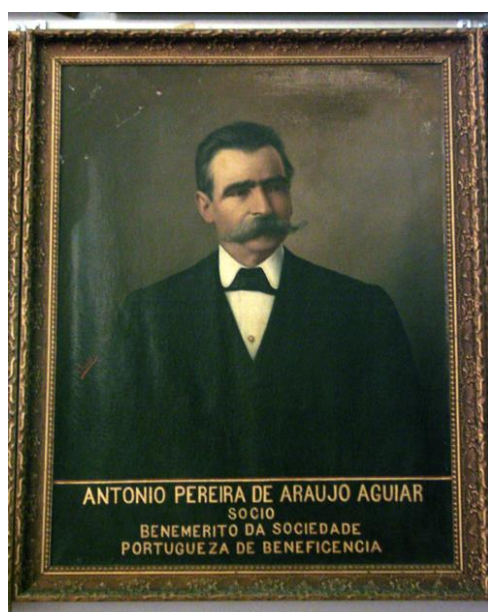


Figura 1 - Antônio Pereira de Araújo Aguiar. Sócio benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Pintura. Fonte: Foto de Janaína Schawbach.

Figura 2 – Comendador José Vieira Pimenta Sócio Benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Pintura. Fonte: Foto da Pesquisadora.

No Rio Grande do Sul do final do século XIX, não havia oficialmente a existência de uma escola de Belas Artes como na Europa. Artistas estrangeiros, na sua maioria italianos, como Frederico Trebbi, Guilherme Litran e Ricardo Giovanini, realizavam um trabalho bastante significativo juntos aos ateliers e em grande número retratavam importantes personalidades de muitas cidades sul rio-grandenses. Segundo Gastal (2007), não foram poucos os italianos, pois não vinham como imigrantes comuns, eram intelectuais fazendo o mundo, emigravam inclusive por motivos intelectuais. Esse foi o caso dos retratos de

⁴ Schwarcz, Lília Moritz. As barbas do Imperador. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 20.

benfeitores existentes na cidade de Rio Grande, na sua maioria assinados pelo artista Ricardo Giovanini.

O artista italiano Ricardo Giovanini destaca-se nas cidades de Rio Grande e Pelotas nas décadas de 1880 e 1890, com trabalhos junto aos teatros e decoração de residências. Nos poucos registros encontrados na Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande, percebe-se que na imagem que possivelmente está representado o Barão de Santa Isabel, a assinatura do artista é vista em tinta vermelha no espaço inferior direito da obra. Da mesma forma, a imagem acadêmica ilustra o seu associado benemérito, em posição frontal, com suas condecorações sob a vestimenta, e mão esquerda sobre livro, ilustrando tanto a sua boa posição social quanto cultural.



Figura 3 – Barão de Santa Isabel (?). Sócio benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Pintura. Fonte: Foto da Pesquisadora.

Figura 4 – Detalhe. Assinatura do Artista Ricardo Giovanini. Foto da Pesquisadora.

Da mesma forma, o retrato de Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães, associado Benemérito da Associação de Bagé é destaque no salão de honra da Instituição e mostra uma particularidade. Ela é a única imagem fotográfica pintada existente no espaço principal do saguão da Sociedade, datada do princípio do século XX. Embora também não existam registros da assinatura do fotógrafo na imagem, percebe-se que sendo Bagé uma cidade pequena, porém de grande representatividade na virada do século XIX para o XX, possivelmente esta imagem seja oriunda de fotógrafos da capital ou cidades vizinhas maiores, em visita àquela localidade. Ela ilustra o mesmo destaque para a posição quase de perfil do associado, em primeiro plano, com ênfase nas vestimentas que comprovam, para além da figura que remete a efígie do rei, a importância do retratado.



Figura 5 – Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães. Sócio benemérito e Diretor da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé, 1896. Fotografia. Fonte: Foto da pesquisadora.

O fator comum na análise das imagens dos retratos de benfeitores é visualização da configuração auto-biográfica a que remetem. A representação de si mesmo em uma local de destaque para as Instituições propõe um simulacro da sua presença e, mais ainda, da sua importância simbólica entre os «portugueses» do Brasil. A imagem do associado funcionaria como um “duplo eu”, que como na perspectiva de Carlo Ginzburg (2007) *cria a possibilidade de multiplicar a sua presença* como um ato interessado e interesseiro.

A caridade também é o elemento da aparência. Não há caridade efetuada se ela não pode ser mostrada para o público. Não há assistência se ela não ficar evidenciada pelo poder que emana, pelo ato concedido, e conseqüentemente pelo que representa. E é nesse sentido, que funciona também como forma de poder, porque é realizada para que o outro a compreenda enquanto poder. E, da mesma maneira, entidades assistenciais funcionariam como suporte para que esse tipo de ação se sobreponha constantemente.

A concessão de retratos de beneméritos no salão de honra das Associações de Beneficência são formas de reciprocidade mútua, sendo a mesma, uma das formas de relação de poder.

Os retratos reais que adornam as paredes dessas instituições hoje no Estado do Rio Grande do Sul, alguns descontextualizados, pouco preservados, ou mesmo, descaracterizados, são resíduos da memória das Beneficências Portuguesas. Constituem, em diferentes instâncias, as formas como as Associações agiram sobre os movimentos de construção e

reconstrução da identidade dos grupos de origem portuguesa, em solo brasileiro.

Os retratos de Beneméritos das Sociedades Portuguesas de Beneficência guardam a memória de um tempo, de um espaço, de um lugar. É dever das Instituições, dos seus usuários, e da sociedade como um todo, preservarem essas pinturas, na medida em que se constituem um verdadeiro patrimônio cultural. Em um processo de transformação, é mister ressaltar a importância que os retratos têm como suporte de uma memória da arte, a serviço das beneficências portuguesas.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*. Ponte de Lima: Ed. Santa casa de Misericórdia, 2003.

OLIVEIRA MARTINS, M. *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Verbo, 1978.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o Rico se faz pobre. Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português (1500-1800)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

_____. (org). Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no período moderno. *Cadernos do Nordeste*. Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, Volume 11 (2), 1998.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da Imigração portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

SOUSA, Ivo Carneiro de. *Da descoberta das Misericórdias às Misericórdias (1498-1525)*. Porto: Granito, 1999.

_____. O Compromisso Primitivo das Misericórdias Portuguesas (1498-1500), in *Revista da Faculdade de Letras - série História*, Porto, 1996.

_____. Da Fundação e Da Originalidade das Misericórdias Portuguesas (1498-1500), in *Oceanos*, Lisboa, nº 35 (1998).

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflexions on the Origin and Spread of Nationalist*. London e NY: Verso, 1991. Revisit edition.

BLOCH, Marc. Comparasion. *Revue de Synthèse Historique*, Paris, vol LXIX, boletim anexo, 1930 p 31-39.

HEINZ, Flávio (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

GURIERREZ, Ester J. B. *Barro e Sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas, 1777-1888*. Porto Alegre, Tese. (Doutorado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Editora Verbo, 1978. Vol. IV.

_____. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Figueirinhas, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Olhos de madeira – nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. *Essai sur le don dans la France du XVI siècle*. Paris: Editions du Seuil, 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.